

---

## 5 – IDENTIDADE E RESISTÊNCIA

---

---

---

Nós somos camponeses que nascemos e crescemos na Floresta Amazônica, descendente de nordestinos [...]. Nossos pais chegaram àquela região ainda crianças e foram trabalhar na exploração da borracha. Nessa época a relação de trabalho do seringueiro era diferente da de hoje. [...] era obrigado a fazer a borracha e quebrar a castanha e vender para [...] o patrão lá no barracão [...], pagando sempre pela borracha um preço muito baixo e vendendo a mercadoria a um preço muito alto (Raimundo **Barros**, 1990).

### 5.1 Um breve resgate da reconstrução social camponesa

Há questões que nos instigam a começar esta reflexão: do ponto de vista do processo de formação social econômico, quem são estes trabalhadores que propomos compreendê-los como camponeses? Como e porque esses resistiram e ainda resistem há mais de um século, passando por períodos de dominação e submissão nos seringais? Como se colocam na atualidade perante a reconstrução de identidade (s) camponesa (s) trabalhadora (s) na região? Seria o significado de um campesinato que se principia da *floresta*, mas se diversifica também no *campo*, o ponto fundamental para compreendermos a realidade da luta pela terra e pela permanência na terra hoje? É em busca de respostas a estas questões que dedicaremos nossas reflexões nesta parte do trabalho.

Na diversidade que caracterizamos, os grupos camponeses que se formaram na Amazônia-acreana, construíram suas identificações ao longo das décadas do século XX. Porém, como recriação de social no interior da floresta, esse processo remonta a legados trazidos do Nordeste. Assim, referimos a *recriação* e não *criação* do campesinato, pois na origem desse está a migração de camponeses nordestinos, que vieram para a Amazônia, como mão-de-obra para ingressarem na extração da borracha, ainda no final do século XIX.

O processo migratório do nordeste envolveu dois tipos sociais bem distintos. Por um lado, uma minoria de pessoas com algumas posses ou “bem relacionadas”, que obtiveram financiamentos do capital aviador de Belém e Manaus para comandar o processo de exploração da borracha nas regiões produtoras; e, por outro, houve uma grande maioria de força-de-trabalho braçal que, deslocada do Nordeste para a Amazônia-acreana, destinar-se-ia quase exclusivamente ao trabalho de extração do látex<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> - Samuel **Benchimol** (1977, p. 177) colocava que no contexto da produção no seringal, “seringa e roça, portanto, não rimam bem. O roçado só existe quando a seringa falece. Na época de crise até que se vive bem nos seringais. Pelo menos o homem toma interesse para a plantação e volta suas vistas a terra”.

No processo migratório, o sertanejo nordestino buscava a terra para trabalhar, mas o trabalho não era inicialmente com a terra e sim com a floresta. Nesta perspectiva vinham em busca também de nova oportunidade diante da incerteza e da miséria em que viviam em sua região. Uma característica notável é que esses homens eram, sobretudo, uns esperançosos, e apesar de tudo, esperavam uma “nova vida” na Amazônia. Para este migrante, a Amazônia era *terra de novas possibilidades*, como de superar a vida miserável do sertão, castigado muito mais pelo poder do latifúndio nordestino devido à força dos coronéis do que pela seca<sup>2</sup>; e, de obter fartura e até riqueza. Isso se dá, pois, em suas vidas miseráveis, esses homens deslocavam-se para cortar seringa e se colocavam nas últimas escalas sociais, superando apenas os indígenas<sup>3</sup>.

Todavia, não se pode esquecer que se tratou de um processo de mobilidade de força-de-trabalho dirigido pela empresa extrativista (e não a migração espontânea como a maioria dos estudiosos apresenta), financiada pelo capital industrial e mercantil, sob apoio do Governo Imperial Brasileiro com políticas migratórias impregnadas de fortes cunhos ideológicos<sup>4</sup>. Os fluxos não eram para a *Amazônia*, mas para áreas específicas da Amazônia com grande potencial produtivo de borracha, mesmo que estas estivessem muito distantes do litoral e das áreas próximas ao Grande Rio.

Com isso podemos ter um breve perfil do homem trabalhador que foi deslocando para a Amazônia-acreana. Eram, em sua maioria, camponeses nordestinos que lá também viviam no limite da exploração, como *excluídos* da estrutura agrária. Esses, perante o serviço de agenciamento de mão-de-obra desenvolvido pela empresa extrativista e pelo capital mercantil industrial financiador, eram recrutados para serem (re) inseridos no processo produtivo na Amazônia produtora de látex. Aí havia vastos campos de trabalho combinados à escassez de mão-de-obra. É claro que não faltavam as propagandas enganosas que prometiam, além do trabalho, a riqueza fácil e acessível a todos.

<sup>2</sup> - A respeito deste caráter ideológico, é recomendável a leitura do excelente trabalho do Sr. Mário Diogo de Melo (1994) “Do Sertão cearense às barrancas do Acre”, que no relato da trajetória de João Gabriel, seu avô, um camponês do sertão do Ceará, homem simples, trabalhador, pobre, discriminado e que, prensado pelo poder do latifúndio nordestino na década de 60 do século XIX, saiu em busca de novas oportunidades da vida e chegou à Amazônia e “tornou-se” um seringalista bem “sucedido”.

<sup>3</sup> Nisso **Bastos** (In: COSTA, 1940, p.10) se refere a esses migrantes dizendo que “pertencia às castas infelizes do camponês e do trabalhador rural. É verdade que sobrevivia, mas como cacto no areal. Sobrevivia como fenômeno humano”.

<sup>4</sup> - As características campesinas dos migrantes nordestinos que vieram para o Acre e as formas de suas arregimentações são ressaltadas no trabalho de Nunes (1996) “*Memórias de um seringueiro*”. O autor relata a história real de famílias camponesas que habitavam o Arraial de Canudos, lutando na resistência até a destruição. Em face da violência impetrada pelas tropas militares da época na destruição do arraial, esses fogem para o litoral e acabam por se alistarem nas agências recrutadoras de trabalhadores e ingressam nas correntes migratórias de mão-de-obra para a frente pioneira extrativista no Acre, no final da década de 90 do século XIX.

Temos agora, então, elementos que permitem-nos concluir afirmando que se tratou de uma migração de força-de-trabalho camponesa, recrutada em práticas de peonagem. Na Amazônia produtora do látex não foram recriados como camponeses inicialmente, mas sim como trabalhadores em sistemas compulsórios<sup>5</sup>, verdadeiros ‘escravos por dívidas’<sup>6</sup>. Nessas situações residem as bases para a formação e recriação camponesa posterior.

Por volta de 1950/1960 os seringais já estavam decadentes. Ao contrário do que a historiografia diz que “os seringueiros ficaram entregues a própria sorte”, como se nos seringais vivessem em melhores condições sob o domínio do patrão, esses sujeitos desenvolveram, nesses momentos de crise, alternativas de sobrevivência fora dos laços compulsórios que os prendiam nos seringais.

Nota-se que o espaço produzido no seringal foi base para a reprodução do seringueiro após a decadência econômica da empresa extrativa. Desenvolviam sua produção agroextrativista voltada para a sustentação familiar; firmavam seus modos de vida em bases mais sólidas nas “colocações”, sem o poder de coação intensa do barracão; redescobriam e recriavam valores da vida familiar e comunitária em suas práticas sociais, culturais e religiosas. Havia uma simbiose que amenizava os conflitos, pois nos seringais semi-abandonados, os seringueiros ficavam como “espécies” de guardiões do domínio territorial do antigo patrão. Nisso produziam sua auto-sustentação, usufruindo os recursos da floresta, porém o domínio da propriedade era algo que não lhes perturbava.

## **5.2 Raízes da resistência camponesa na floresta**

Podemos dizer que o processo geral da formação da Amazônia-acreana se deu a partir da dinâmica da fronteira econômica brasileira em duas fases históricas: a ocupação inicial com a frente pioneira extrativista da borracha a partir da década de 1870 e a frente pioneira agropecuária a partir do final da década de 1960. É ao longo de quase um século de conflitos diversos e de confrontos na vivência florestal que os seringueiros firmam-se como *camponeses na floresta*<sup>7</sup> da Amazônia Sul-ocidental. Neste contexto, constituem-se

---

<sup>5</sup> - O termo “trabalho compulsório”, ao qual concordamos, foi designado por **Silva, A. F. da** (1982) no sentido de trabalho em que os seringueiros eram homens compelidos a produzir em excesso, sob relações de trabalho coercitivas e de constante endividamento.

<sup>6</sup> - O termo “escravo por dívidas”, que entendemos ter um caráter complementar e explicativo ao de “trabalho compulsório”, conforme **Martins** (1997, p. 85), define-se como o “trabalho sob coação, ou seja, são formas coercitivas extremadas de exploração do trabalhador produzidas em momentos de circunstâncias particulares da reprodução do capital”.

<sup>7</sup> - Referimo-nos aos trabalhadores da floresta na Amazônia-acreana como um *campesinato florestal*. Essa identificação social nos revela, com clareza, que para se ter uma visão profunda da resistência dos trabalhadores locais, temos que apreender o sentido da construção de sua coesão social na formação socioespacial e territorial.

como sujeitos sociais mais expostos à expropriação quando esses territórios são incorporados pelo domínio das forças da frente pioneira agropecuária, já na década de 1970. É neste processo mais recente que manifestam as forças que se confrontaram no âmbito das lutas e resistências nas décadas seguintes.

Após 1950, a borracha como principal produto econômico estava decadente no mercado. Isso num processo de estagnação/degradação econômica que vinha se arrastando cumulativamente com quebras por décadas seguidas. Mesmo assim, o extrativismo se mantinha como atividade econômica principal do seringueiro e a borracha como principal produto da região acreana, ainda na década de 1960.

Até então, no seringal, a exploração do seringueiro se dava tanto na pesagem do produto entregue, como na hora da compra de víveres, no armazém. Na pesagem do produto (balança), era quando mais se atingia os seringueiros, tanto por parte do patrão (onde a estrutura produtiva e organizativa do seringal subsistia) como por parte dos marreteiros, em que se “roubava” no peso de diversas maneiras: balança desregulada, anotações de menos que o produto pesou, alto percentual de “quebra” etc.

No âmbito desse mecanismo é importante entendermos o papel do seringueiro que atua também na *contravenção* de uma “ordem” preestabelecida no seringal. É bom desfazermos a imagem do seringueiro como “homem perfeito, passivo e obediente”. Ora! Os regatões que percorriam os rios da região traziam a figura do comerciante (atravessador, marreteiro) que buscava produtos e não interessava de quem e como chegava até eles! Os seringueiros, sempre que possível, usavam apenas parte de sua produção para pagar o que deviam no barracão e a outra parte, “desviavam” para vender ao marreteiro que trazia mercadorias novas; ou ainda para se receber em dinheiro, coisa que dificilmente ocorreria nos barracões. Outra forma na qual se caracterizou essa *contravenção* se deu no fabrico da borracha, no processo de defumação e coagulação do látex, quando se adicionava material pesado no meio da borracha (como areia, pedra, farinha de mandioca etc) para aumentar o peso do produto. Nesses aspectos, o “desvio da produção” ou o “aumento do peso” já apareciam como artifícios para compensar a exploração que os submetiam, e proporcionar maior renda, sem necessariamente ter que aumentar a jornada de trabalho ou a auto-exploração e como forma de compensar a perda que tinham na negociação desonesta de seus produtos no barracão.

---

Todavia, o termo “camponeses florestais”, já era empregado por **Almeida**<sup>2</sup> (Cf., 1988), em seus estudos sobre os seringueiros no Acre.

Cabe salientar que essa não foi uma prática generalizante dos seringueiros, mas atingiam pequena parte destes. Todavia, é nestes atos que podemos afirmar que estavam já presentes atitudes de desobediência à ordem vigente, em que se deu base às ações de uma luta individual, escondida e camuflada no cotidiano social desses indivíduos, invertendo a ordem do seringal. Isso demonstrava a manifestação da consciência individual da exploração que os submetiam e tentava compensá-la com ganhos pessoais sobre perda do explorador; não havia ainda a consciência coletiva suficiente para outras práticas que levassem à resistência em ações de caráter de classe. O explorador ainda o atingia individualmente, por isso as reações se davam no plano individual.

Nas compras de víveres no armazém dos barracões ou nos regatões (cf. Glossário), os abusos se davam nas anotações de produtos não adquiridos, somatórios errados e no preço exagerado dos produtos. Tudo isso era “aceito” não apenas pelo alto grau de analfabetismo que atingia a população da floresta (o que ainda hoje é um problema), mas em especial, pelo temor ao patrão. Ao descobrir tais práticas os castigos eram severos, como contou-nos o neto de seringalista sobre o castigo que seu avô, por volta de 1940, impôs a um seringueiro que colocara “sujeira” na borracha: – “ele amarrou a bola da borracha que havia aberto, obrigou o trabalhador a colocá-la na cabeça e ficar o restante do dia dando volta em torno do barracão, carregando seu produto até o anoitecer”.

Socialmente, por volta de 1950, os seringueiros que ainda permaneciam com bases produtivas nos seringais, moravam em colocações distantes, de duas a cinco horas umas das outras (entende-se que *hora*, refere-se a *uma hora de caminhada a pé*, o que no “passo de um seringueiro” seria aproximadamente 6 Km/h). Contudo, já demonstravam uma certa autonomia em seus processos de *convivências*. Uma comunidade de convívio social referia-se a pessoas que se distribuíam por áreas consideráveis. A boa ou má convivência provinha do respeito pelo que é do outro<sup>8</sup>, ou seja, não se admitia a invasão de estradas e castanhais ou retirar madeira em áreas “alheias”; por outro lado, na permissão à caça, geralmente não se restringia ao território de vivência familiar, mas o início de uma caçada sempre se dava na área da própria colocação e se prolongava por onde o animal caçado prosseguia em sua tentativa de fuga. O respeito às mulheres e crianças era uma exigência que cada vizinho devia aos “chefes da família”. Mesmo nessa “boa convivência”, não raramente, as brigas e desavenças aconteciam na comunidade, porém nada que após alguns

---

<sup>8</sup> - Conforme Souza (1996, p. 61), os “seringueiros atingidos por qualquer ação nociva a sua vida, praticada por outro seringueiro, colocavam-se sempre como homens que precisavam de respeito pelo seu trabalho e pela vida

desentendimentos (às vezes, até com atos violentos, em que se resolvia à base da “peixeira”), venha quebrar por total a convivência comunitária (SOUZA, 1996). Nota-se que não nos referimos à sociabilidade, que politicamente representa uma coletividade de classe social, mas ao convívio comunitário que se baseava em relações de vizinhança.

Esse ambiente de convivência foi sendo recriado à medida em que o seringueiro passava da condição de trabalhador “escravo por dívida”, nos momentos de apogeu da borracha, para *sujeito* que, gradativamente, tanto promove sua *autonomia* por iniciativa própria, como aproveita das “aberturas” do regime de trabalho compulsório que o submetia ao seringal. Todavia, esta “autonomia” da organização produtiva familiar do seringueiro variou (ainda varia) enormemente no tempo e no espaço, desde o início do século vinte. Em regras gerais, as condições que os prendiam no sistema de trabalho compulsório perpassam por toda a primeira metade do século XX, tendo esse sujeito maior autonomia com o passar do tempo, nos momentos de crise da economia da borracha (1920 a 1940, p.e). Inclusive, na década de 1940, uma legislação específica do Governo Federal obrigava seringalistas, em certas circunstâncias, a indenizar as benfeitorias dos seringueiros que porventura tivessem que sair de suas colocações<sup>9</sup>, mas o que certamente não era de conhecimento da grande maioria dos seringueiros.

Podemos dizer que as famílias de camponeses florestais que se colocaram mais próximas das vias de circulação com maior trafegabilidade (margem), conseguiram maior avanço na construção de sua autonomia e na consciência coletiva como classe social, do que aquelas que habitavam os rincões mais distantes da floresta (centro). Isso, pois além de ficarem mais expostos às contradições sociais na sociedade, possibilitou-os o acesso a mais informações, de maior contato com o mercado e, às vezes, de possibilidade do acesso à escola. São nessas condições que a espacialidade do seringueiro se localiza no *seringal* e se territorializa na *colocação*, redimensionando como seu *território vivencial*: como noção concreta de sua área territorial de trabalho; como recanto de suas tradições e valores familiares originários do Nordeste, recriado no convívio semi-isolado da floresta úmida da Amazônia; como convívio familiar e comunitário; como noção de tempo que se torna relativa, dado à distância na floresta e ao ritmo de vida social e produtiva desses sujeitos sociais; e,

---

sacrifícios que levavam. Esses homens não aceitavam práticas de outros trabalhadores que significassem desonra ao se viver”. Na verdade, era a expressão de um *habitus* familiar que se manifestava na vivência comunitária.

<sup>9</sup> - Segundo Souza (1996, p. 49-50) “a função do seringalista era, em entregar todas as estradas de seringa em estado de exploração e auxiliar os seringueiros na construção de suas barracas e do defumador, tornou-se obrigatória a partir da exigência do Governo Federal quando da introdução de um Contrato Padrão de Trabalho nos seringais Amazônicos, a partir de 1942”. Caso isso não acontecesse, e o seringueiro promovesse esses trabalhos por conta própria, o seringalista teria que indenizá-lo; o que na prática raramente acontecia.

como na herança do domínio da grande propriedade latifundiária e do patrão. É dessas condições da territorialidade e em defesa dela que os seringueiros lançam seus protestos para buscar o reconhecimento de sua territorialização sobre a unidade capitalista (o seringal ou a fazenda). Isso, todavia, viria verdadeiramente, apenas após muitas lutas, com as RESEXs e PAEs.

Assim, por volta do final da década de 1960, esse seringueiro aparecia como uma figura social que, devido a sua presença na floresta, questionava a estrutura concentrada dos seringais. Na frente pioneira agropecuária que passava a incorporar o território regional, a partir de então, ocorria uma (re) territorialização do capital, em que mudaram apenas os mandatários. Introduziam-se novos sujeitos sociais e econômicos (investidores/especuladores e camponeses em atividades agropecuárias do Centro-Sul) e novos padrões na reprodução de espaço agrário (baseados em atividades agrícolas e pecuárias). Estes viriam sobrepor o espaço produzido na frente pioneira extrativista economicamente decadente, na qual se produziu o trabalhador tradicional da floresta – os seringueiros. Quando essas “novas forças” da rearticulação econômica e territorial do capitalismo na Amazônia-acreana ameaçam os trabalhadores florestais, é que se manifestam as condições objetivas para uma reação coletiva como um *campesinato da floresta*.

Em suma, o que entendemos é que nessa conjuntura aflorava a identidade de uma *categoria social trabalhadora da floresta*, inegavelmente, um *camponês*, numa região em que o domínio florestal formou as condições para ser ocupada e produzida por forças produtivas externas. É nessas condições que as lutas dos seringueiros vão se consumir como busca de legitimar seu domínio sobre a colocação, no reconhecimento de um *território de domínio seringueiro*<sup>10</sup>, ou seja, de um *campesinato na floresta*. Aí, o ambiente coletivo para se opor a qualquer força que ameace esta territorialidade seringueira<sup>11</sup> está construído, e é dele que surgem as forças de reação nos movimentos sociais de resistência. Diante desses pressupostos, os movimentos sociais aqui caracterizados podem seguramente ser entendidos como “movimentos socioterritoriais” (FERNANDES, 2000), dado que, em primeira instância, a luta é pelo domínio de um território. Para o seringueiro isso representava uma condição de

---

<sup>10</sup> - Dois conceitos importantes para entender esta questão foram introduzidos por **Fernandes** (2000, p.61) em um estudo sobre o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-terra), que são: “movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Segundo o autor, “movimentos socioterritoriais são todos os que tem o território como trunfo”. Entretanto, há “muitos movimentos que não tem este objetivo, mas lutam por dimensões, recursos ou estruturas do espaço geográficos, de modo que é coerente denominá-los de movimentos socioespaciais”

<sup>11</sup> - É interessante frisar que esta identificação do seringueiro com seu espaço de vivência na colocação era totalmente condizente com a estrutura concentrada dos seringais sob regime de produção extrativista. Todavia, isso seria amplamente ameaçado com a transformação dos seringais em fazendas de criação de gado bovino, que ameaçavam a condição de existência espacial da colocação.

continuar seu modo de vida na floresta, ou seja, de localizar *uma territorialidade* construída por um século de convívio e resistência na floresta.

### **5.3 Bases para as práticas sociais camponesas na floresta.**

O seringueiro se consumou como um *camponês da floresta*, a partir de sua afirmação com *um modo de vida específico, recriado nesse ambiente amazônico*. No silencioso e solitário trabalho na floresta, no sonho de ganhar dinheiro e ter saldos, havia uma *consciente luta pela reconquista da autonomia e liberdade*, perdida no âmbito das relações de produção e de trabalhos no seringal.

Nesse contexto, a terra como meio de produção fundamental para qualquer processo produtivo agrário se caracterizava num sentido bastante específico. Nela o domínio do seringueiro é exercido na *condição de posseiro* e não de proprietário legal, e nisso detém o domínio moral sobre sua colocação, mas não tem poder decisório sobre o território que ocupa. Então sua luta inicial nunca se caracterizou pela busca da propriedade fundiária da terra, mas pela *liberdade e autonomia no trabalho sobre a terra*. Como o trabalho na floresta estava ligado à ocorrência de recursos naturais dos quais se produziam as mercadorias postas no mercado, *a terra de trabalho do seringueiro tinha valor enquanto tais condições naturais fossem atrativas*; daí se exercia o domínio que cada família buscava manter em suas colocações. Então, o seringueiro busca a manutenção da colocação como *locus* para a afirmação sedentária de sua reprodução social, cultural e econômica. Para este sujeito social, garantidas as condições de produção e sobrevivência, na sua lógica, não faz sentido ser itinerante como ocorre com os posseiros na Amazônia-Oriental (MARTINS, 1997).

Com a conquista gradativa de liberdade de trabalho, nos momentos de crises econômicas para as empresas extrativistas, crescia o poder de auto-organização desses trabalhadores que se firmavam nas condições de vida na floresta. Enquanto a propriedade privada da terra não fora apossada de forma estranha ao uso feito da terra na decadente frente pioneira extrativista, seu domínio sobre a “colocação” praticamente não era questionado. Em sua existência como tal, os conflitos entre trabalhadores *versus* patrões são amenizados por uma situação de “dormência econômica” da borracha sub-valorizada no mercado, devido à crise que se abatia sobre o sistema empresarial na circulação e comercialização do produto, desde a segunda década do século XX.

Nessas circunstâncias, muitos seringalistas abandonaram ou arrendaram suas propriedades, resguardando suas economias em aplicações noutras atividades. Os poucos que persistiram, mergulharam em dívidas que gradativamente inviabilizavam a manutenção



da produção dos seringais. Assim, quanto maior a crise na economia da empresa extrativa regional, mais se afrouxava os laços que prendiam os seringueiros e mais ocorriam condições para que estes migrassem para as cidades ou se firmassem em condições de posseiro na floresta. Com isso não estamos defendendo que a crise não afetava o seringueiro. As dificuldades também se abatem sobre eles, mas por outro lado, isto lhes dava maior liberdade de ir e vir, de tomar decisões próprias, de reconquistar e reconstruir condições para uma vida com maior autonomia, plantando, criando, colhendo, coletando e lutando pela colocação, enquanto lugar de sua reprodução integral, e não apenas econômica, sob base da instituição da família<sup>12</sup>.

Neste sentido, em entrevista com um seringueiro (pesquisa de campo, 1998), este argumentava que no início da década de 1970, fora questionado por um fazendeiro recém-chegado à região de Brasiléia, sobre seu direito à terra “se sequer tinha documento dela”. Ele contra-argumentou ao fazendeiro que realmente não tinha *documento escrito* sobre sua *colocação*, mas tinha documento sim; este era sua presença naquele lugar há anos, a família que construiu, os filhos que ali cresceram, a amizade com a vizinhança, as plantas que cultivou, tudo isso eram seus documentos. Ademais, andando pelos seringais é comum chegarmos em colocações nas quais a família já habita ali por décadas, e duas ou três gerações já se passaram – *o cemitério com e pais e avós sepultados, próximo da residência é o testemunho desse passado*. Acreditamos que nisso podemos ver uma “economia moral” (THOMPSON, 2002), baseada no direito consuetudinário garantindo a legitimidade da posse do seringueiro. Então, este sentido de *princípio de construção* de seu modo de vida fundamentado na família, em costumes e tradições, no convívio com o ambiente florestal, expressa a constituição de um *habitus* (BOURDIEU, 1996; 2001) *familiar* que se manifesta, no âmbito da resistência, como expressão de uma identidade social que se projeta da floresta para os significados gerais da sociedade local.

O trabalho com meeiro, acolhido no seio da família, foi outra prática social desenvolvida no contexto da firmação do modo de vida seringueiro. O meeiro, geralmente, era um homem solteiro, que uma vez contratado por um seringueiro – chefe de família, passava a exercer atividades de trabalho na extração do látex, com a totalidade ou partes das estradas da colocação, sendo que, ao final, a produção seria dividida ao meio (daí, o nome meeiro). Para isso, a família do “seringueiro chefe” se encarregava de prestar todos os outros

---

<sup>12</sup> - A instituição social família, vemos conforme Bourdieu (1996, p. 127) que “é um princípio de construção da realidade social [...], esse princípio de construção é ele próprio socialmente construído e [...] comum a todos os agentes socializados de uma certa maneira”.

serviços necessários para que esse trabalhador tivesse condições de viver com o “devido conforto”. Por se tratar de um homem solteiro que ia trabalhar junto a uma família já constituída, muitas vezes ao final do contrato, o meeiro acabava se casando com a filha do seringueiro que o recebeu. (SOUZA, 1996; SILVA, 1999).

Outra situação deriva do fato de que o modo de vida seringueiro vincula-se, na essência, ao trabalho na seringa e à coleta de outros produtos naturais. Nisso reside parte de um aprendizado no qual a família é *locus* principal. O filho do seringueiro é iniciado no âmbito da própria família, no trabalho e afazeres para assimilar as práticas paternas e se tornar um trabalhador tal qual o pai<sup>13</sup>. À menina, em geral, cabe ser iniciada nos trabalhos domésticos e em trabalhos nos roçados, pois dificilmente seria ocupada na atividade extrativa da borracha. É no âmbito da família também que outros trabalhadores recém chegados (caso de muitos nordestinos que chegaram entre as décadas de 1950 e 1970), não habituados a atividades extrativistas - os “arigós”, foram iniciados nos trabalhos da floresta.

As relações de sociabilidade comunitária se davam nos “dias santos” e aos domingos, com atividades de lazer, celebrações religiosas, jogos de futebol, festas dançantes etc. Mas também nos mutirões (*os adjuntos*) em que uniam forças familiares comunitariamente em trabalhos, numa atividade de solidariedade a um companheiro e, ao final, como símbolo da união, o dono do “serviço” oferecia um jantar com fartura de comidas e bebidas, e uma festa em que se dançava a noite inteira. Tudo isso demonstra o papel da família como local do aprendizado de práticas e valores já desenvolvidos no contexto da luta contra a opressão do patrão e do atravessador, na dureza da vida na floresta e na assimilação do modo de viver a *autonomia* que se conquistava gradativamente no embate cotidiano.

Assim,

a família significa para o seringueiro ter com quem dividir o cotidiano de um seringal que não é só de trabalho, mas também de lazer e de solidariedade. É a possibilidade de ‘empatar’ de viver na solidão de um tapiri. Seringueiro sem família significa viver sozinho no meio da floresta, sem ter com quem dividir suas tarefas suas angústias e suas alegrias (SOUZA, 1996, p. 92).

---

<sup>13</sup> - Esse fato já demonstra o grau de comprometimento da família como elemento dominante nos processos de produção do espaço e do sujeito social na floresta, assimilando aprendizados passados de gerações anteriores e reproduzindo-os. Em geral, isso difere muito do que acontecia com os primeiros seringueiros (os brabos), que eram iniciados por outros trabalhadores mais experientes, num processo cumulativo da técnica de extração que remonta ao habitante nativo da Amazônia e ao “aperfeiçoamento tecnológico” de extração do látex feito pela empresa capitalista promotora (Cf. REIS, 1954).

É nesse ambiente que o seringueiro firma seu modo de vida, construindo família<sup>14</sup>, repassando valores desenvolvidos tanto nos anos de contato e vivência na floresta, como no resgate de sua memória social de trabalhador migrante nordestino recriado na Amazônia. Nisso ele firma a *identidade* que entendemos ser *específica* do *camponês florestal*, sob os seguintes pilares: organização familiar; comprometimento com o ambiente local (vida social na floresta); domínio sobre a terra de trabalho (posse da terra florestal); religiosidade (predominantemente católica); legados socioculturais nordestinos; solidariedade coletiva; luta e resistência pela terra de trabalho na floresta.

**Souza** (1996, p.233) explicita de forma bastante didática como se dava a formação de um modo de vida seringueiro na floresta, em face às lutas e ao desafio no “seu reconstruir” como sujeito de sua própria história:

Além do padrão seringalista, o seringueiro teve que dominar um mundo natural que se colocava à sua frente. Para colocar em prática seu trabalho no corte da seringa, foram inevitáveis os enfrentamentos dos perigos e dos mistérios da floresta. Acostumados a isso, os trabalhadores seringueiros não se amedrontam, muitas vezes, nem com os esturros da onça pintada [...]. Na madrugada, com sua espingarda, com seu balde, com suas facas, com suas tigelas, com seu saco de pano (chamado de marico), amarrado às costas, saem a trabalhar atentos a todo movimento estranho aos caminhos que percorrem diariamente. A onça-pintada que havia esturrado naquela área, na noite anterior, ainda poderia estar ali. Enfrentam os riscos, mas não deixam de trabalhar. O medo era superado pela necessidade de trabalho. Veio o domínio de seu mundo. Passaram a respeitar tais riscos com coragem de enfrentá-los no dia-a-dia.

Nota-se então os sentidos da luta como um processo contínuo: a resistência de um sujeito que vive na *fronteira* de “desafios” impostos a uma existência simples, de um homem simples, na complexidade do território florestal. O domínio próprio de seus limites coincide com o domínio do mundo externo, às vezes caminhando em sentido diferente do que

---

<sup>14</sup> - O sentido de construir família estava na base social que estruturava a vida na floresta. Assim, a “família como categoria social objetiva (estrutura estruturante)” lança a base da formação social, na qual homem e mulher vivendo matrimonialmente aguardavam a passagem de autoridades (em geral eclesíástica) para a efetivação de sua realização como “categoria social subjetiva (estrutura estruturada), categoria mental que é a base de milhares de representações e de ações (casamentos, por exemplo) que contribuem para reproduzir a categoria social objetiva” (BOURDIEU, 1996, p. 128). Vemos que isso explica a aceitação familiar de viverem juntos, matrimonialmente, sem casar no “Cartório”; porém, ainda que demorasse, o casamento religioso é uma exigência que se inscreve no *ethos* da existência familiar (isto é, no âmbito do *habitus específico* que se constituía na família).

individualmente poderia fazer<sup>15</sup>. Fazem-se presentes no conjunto de suas lutas, elementos que no enfrentamento ao ambiente local, na relação com seus instrumentos de trabalhos, no seu imaginário social e mítico da floresta, institui a “ordem simbólica” de uma tomada de consciência sobre o *domínio de seu mundo*, a partir do que já existia<sup>16</sup>. Nisso residem as condições para apreendermos *o modo de vida camponês do seringueiro*.

É, portanto, sob essa instituição social desse modo de vida que os camponeses teriam seu espaço sobrepostos pelas forças da frente pioneira agropecuária a partir do início da década de 1970. Daí também emergem as raízes de conflitos e das ações de resistências.

#### 5.4 As marcas da agricultura

Como já referimos, a instituição do campesinato e sua *recriação* na Amazônia-acreana remonta às fases de crise no sistema produtivo do seringal. Sobressaiu-se inicialmente o seringueiro como já caracterizamos. Contudo, o agricultor exclusivo é produto de uma longa recriação e caracteriza-se por duas formas básicas de assentamento:

- Abertura de posse e os assentados em colônias agrícolas anterior a 1970.
- A colonização oficial e loteamentos particulares pós-1970.

Assim, o princípio de uma política que entendia a necessidade da agricultura paralela a outras atividades econômicas remonta ao final do século XIX. Sabe-se que durante os conflitos com o exército boliviano (“revolução acreana”), já no final do século XIX, como efeitos do recrutamento de trabalhadores para a batalha, foi dada a condição para muitos seringueiros de saírem do *centro* (colocações que situam em áreas centrais da floresta)<sup>17</sup> para se colocarem em áreas de maior acessibilidade, isto é, *na margem* (dos rios ou nas proximidades das cidades). Para esses sujeitos, essa liberação parcial poderia significar que após a “guerra” fosse possível romper com as fortes amarras que os prendiam ao sistema produtivo do seringal. Isso era aceito como uma resposta afirmativa para integrar a batalha na defesa de seu território e na expectativa de conquista da liberdade que ainda não tinham. Todavia, esta medida tomada pelo comando da revolução tinha um sentido extremamente

---

<sup>15</sup> - P.e.: ora servindo como mão-de-obra a preço baixo para destruir a floresta como fez o Sr. Jurandir Barbosa de Freitas (1998), num momento de sua vida trabalhando no desmate para fazendeiros e, noutro momento, se identificando coletivamente, tornando-se um sindicalista (delegado sindical) e combatendo esta prática.

<sup>16</sup> - Estamos nos referindo aos valores socioculturais desde as raízes nordestinas até os legados das populações nativas, às relações de vidas desenvolvidas no confronto com o ambiente amazônico, ao sentido da vida comunitária nos seringais etc., como condições subjacentes da “ação de *ser* seringueiro”.

<sup>17</sup> - Essa medida teria sido instituída por Plácido de Castro, nos últimos anos da década de 90 do século XIX (COSTA, 1940; GUERRA, 1955).

estratégico, pois viria afastar a possibilidade de terem que “lutar também contra a fome em plena batalha” (BASTOS In: COSTA, 1940, p. 42).

No contexto da reconstrução de seu imaginário social, o roçado que se plantou tinha uma significância fundamental: “com o roçado era possível a barraca. Com a barraca a mulher e os parentes. Com a mulher os filhos. Com a família a aplicação das leis teológicas que forravam a moral dos seus costumes” (BASTOS In: COSTA, 1940, p. 43). Com a terra na “margem”, tinha-se o rompimento com o “centro” e com a exclusividade do trabalho extrativista. Principiava a construção da autonomia produtiva com atividades agrícolas e criatórias; assim, no *seringal*, com a agricultura conciliada com extrativismo, renascia o princípio da liberdade camponesa trazida do Nordeste.

Conforme **Bastos** (In: COSTA, 1940), num relatório da época elaborado por Plácido de Castro (líder da “Revolução Acreana”), esse apontava que, após a “guerra”, o cultivo da terra passou a ser uma realidade. Esse era praticado por grupos que se deslocaram para as margens dos rios tendo por base o trabalho familiar.

O significado disso foi o surgimento de uma incipiente agricultura de subsistência já nos primeiros anos do século XX. Com isso podemos falar do início de uma *diferenciação de categorias camponesas entres os trabalhadores da floresta*, com o surgimento de um pequeno segmento do camponês trabalhador mais autônomo e que não vivia exclusivamente de atividades extrativistas. Eram os *camponeses da lavoura* sob práticas de agricultura e pecuária de auto-sustentação e complementando sempre que possível com a coleta da seringa da castanha, com a caça etc.

Do ponto de vista político de uma ocupação efetiva, esta recolocação desse pequeno grupo tem um significado proeminente para a formação econômica e territorial do Acre. “Com o roçado<sup>18</sup> ensaiava-se a pequena propriedade. O homem da seringa ressurgia todos os anos no homem da lavoura. Mas o essencial é que, resolvido a plantar, estava, para o nordestino, resolvido à permanência” (BASTOS, In: COSTA, 1940, p. 44). Este princípio social estruturante da agricultura seria depois confirmado com a criação das primeiras colônias agrícolas já a partir de 1908, no município de Rio Branco (GUERRA, 1955, p.123).

Notamos então que houve o início de formação de um *campesinato* em que resgatava o *trabalho familiar agrícola*, mas que, entretanto, não significou grande expressividade enquanto força social, até a integração do Acre no contexto da frente pioneira agropecuária, já nos anos de 1970. Ressaltamos ainda que na década 1940, p.e., foram criadas

---

<sup>18</sup> - Os *roçados* são pequenas áreas desmatadas pelo seringueiro, com finalidades de cultivo, sobretudo da macaxeira (mandioca), do milho, do arroz e do feijão.

colônias agrícolas pelo então governador territorial Dr. Oscar Passos, em todos os principais municípios acreanos.

A partir de 1970, tínhamos então uma política mais acirrada para o incentivo à agricultura no estado<sup>19</sup>. Em 1970, foi criado o PIC (Projeto Integrado de Colonização), em Xapuri, pelo INCRA, que se retirou da área sem cumprir os objetivos propostos. Durante o período de 1975 a 1979, configura-se o princípio mais organizado de uma política de incentivo ao assentamento agrícola. São instituídos os NARI's (Núcleos de Apoio Rural Integrado) pelo governo do Estado, e o INCRA criava o primeiro PAD (Projeto de Assentamento Dirigido) no Acre – o PAD Pedro Peixoto, em 1977. A partir desses anos segue-se a implantação de vários projetos de assentamentos e colonização, nessa e noutras modalidades, em todos os municípios do Estado (ACRE, 2000, v. II). Todos esses projetos partiam e partem de uma política voltada para o incentivo às atividades agropecuárias sob base familiar (não referimos aos PAEs e as RESEXs e, nem aos recentes PDS – Projetos de Desenvolvimento Sustentável).

Esses projetos viriam dar vazão à acomodação de trabalhadores que estavam sendo expropriados dos seringais, ou ainda àqueles que ocupavam áreas de fortes tensões sociais. Com a implantação desses projetos, criavam-se condições políticas efetivas para regularizar a posse desses trabalhadores. Por outro lado, também eram espaços para receber o excedente de trabalhadores expropriados de outras regiões brasileiras.

No final da década de 1970 e no decorrer da década de 1980, esses projetos passaram a receber um contingente de migrantes camponeses, predominantemente centro-sulistas que vinham em busca da terra para sua reprodução. Eram excluídos da terra em suas regiões de origem, e tinham aqui oportunidades de retornar à terra como meio de produção essencial para sua auto-sustentação. Não dá para precisar o número de assentados. Todavia, o número de PAs. no Estado, que até o final da década de 1970 era insignificante, conforme dados fornecidos pelo ZEE/AC (ACRE, 2000, v.II), este número chegaria em 1999 a 53 projetos ocupando uma área territorial de cerca de 9% da superfície do Estado.

Nessas duas décadas, também foram numerosas as famílias de pequenos proprietários camponeses centro-sulistas que venderam suas terras em seus estados de origem e adquiriram áreas de loteamentos particulares na Amazônia-acreana. Esses são camponeses que buscavam terras com vastas propriedades de áreas mais amplas, para fugir das transformações no campo que se processava no Centro-sul (a “modernização da agricultura”),

---

<sup>19</sup> - É bom que se tenha em mente que o Acre, somente em 1962, por força da Lei 4070, passou da condição de Território Federal à de Estado Federado.

para obter áreas capazes de comportar toda a família e, se possível, tornarem-se prósperos médios fazendeiros, o que raramente aconteceu (SILVA, 1999).

Para nossa análise, isso já demonstra que houve uma diferenciação das “categorias camponesas” que aqui foram recriadas. Esses *colonos*, ao ganhar maior representação social, diferenciam-se do típico *trabalhador da floresta* (o seringueiro) pelo uso e manejo da terra, pelas relações de produção estabelecidas, pelas práticas de trabalho na lavoura, pelas práticas ambientalistas (devastando a floresta), pelos valores socioculturais preservados e recriados e pela relação com o mercado, geralmente mais aberta e pragmática.

No âmbito geral, no conjunto com seringueiros, temos a formação da diversidade e constituição do *campesinato Amazônico-acreano*. Esta diversidade caracteriza-se ora por ações de classe única (como campesinato), ora por ações que se reproduzem tanto na floresta como nas áreas agricultáveis, vendo-se como sujeitos sociais diferentes. Por suas raízes e pelos conflitos em que foram gerados, vemos isso como manifestações de sua condição de ser ambíguo (CHAUI, 1985) em si; mas podemos dizer que *são faces diferentes de um campesinato amazônico-acreano que está em constituição*, tanto na floresta como nas áreas de *formação lavouras* (cultivos e criação).

### **5.5 Visão Sinóptica do campesinato amazônico-acreano**

Nos quadros 5 e 6 apresentamos, de forma sintética, uma visão das principais características do campesinato amazônico-acreano, com base no processo histórico de sua formação, constituição e realidade atual. Partindo de uma visão processual, demonstramos um diagnóstico geral de suas diversidades, características e transformações, no contexto produtivo da formação socioespacial local, mas também apresentamos um breve prognóstico no que se refere às tendências a se firmar na conjuntura agrária regional. Nisso, o conceito de *diferenciação de classe* (OLIVEIRA, 1991) e categoria social entre o campesinato deve ser considerado. É neste processo que demonstramos que a *capitalização* ou *proletarização* do campesinato também não é generalizante.

É bom salientar que apesar de não constituir como campo de nossas investigações nesta pesquisa, iremos citar no Quadro 5 a representatividade de indígenas – os caboclos, como uma categoria específica camponesa, que vemos em processo de afirmação social na *floresta*. Referimos a povos que já estão vivendo em áreas de reservas demarcadas, geralmente sob práticas de modesta agricultura, extrativismo e pecuária, voltadas para sua auto-sustentação. Portanto, vemos nessas áreas que também há uma realidade camponesa iniciada.

Vejamos então o Quadro 5, no qual tratamos da questão do camponês da floresta:

**Quadro 5:**  
**Sinopse da diversidade do campesinato da Amazônia-acreana**

	Categorias sociais		Denomi- nação regional	Local de reprodução	Atividades produtivas	Propensões socioespacial
	Geral	Específicas				
<b>Campe- sinato amazô- nico-acreano</b>	<b>Camponeses florestais</b>	Indígena	Caboclo	Reserva indígena	Pequena lavoura, pecuária e prática extrativista de subsistências.	- Sem grandes propensões a transformações sociais. - Trabalham para viver. - Com articulações políticas restritas aos movimentos indigenistas.
		Extrativista	Seringueiro (coletor tradicional)	Seringais remanescentes nas áreas dos altos rios dos vales do Juruá e Purus. Vivem sob a estrutura de antigos seringais.	Extrativismo da borracha e da castanha, com pequena produção agrícola e pecuária.	- Em processo de decadência com tendência a expropriação, proletarianização ou transformação em trabalhadores colonos ou agroextrativistas. - Geralmente sem maiores articulações política.
		Agroflorestal	Seringueiro (sob várias atividades)	Áreas assentamentos e conservação: RESEXs, PAEs.	Forte diversificação de atividades extrativistas, pecuária e lavouras de auto-sustentação e início de práticas de com agrossilvicultura e manejo florestal.	- Em processo de ascensão, com tendência a firmar-se como classe camponesa da floresta - Com grande participação política no âmbito geral. - Pouco propenso a grandes processos de diferenciação social, mas busca integrar-se o circuito econômico geral.

**Fonte:** Elaborado por Silvio Simione da Silva, conforme pesquisa de campo, 2002/2003.

Outra questão é que nas duas tipologias gerais relacionadas, estamos fazendo referência aos aspectos reprodutivos do espaço agrário local. Por isso, nos quadros dispomos em ordem cronológica as categorias consideradas, conforme a seqüência de seus processos produtivos ao longo da formação regional.

Agora observando também o Quadro 6, nota-se há, na realidade, uma tendência à diversificação de categorias sociais. Porém há poucas evidências para uma negação da lógica de produção camponesa (em ambos os quadros). Na verdade, temos numerosos grupos sociais que buscam melhorias sem passarem por propósitos de rompimentos dos valores vivenciais camponeses. Vemos, então, um campesinato que se reestrutura, absorve e desenvolve valores tecnológicos inovadores que lhe garantem sua manutenção, mas não rompe com a lógica econômica e social da auto-sustentação. Na resistência, estes negam o destino que, às vezes, a “sociedade lhe impõem” (sobretudo, os políticos e parte da intelectualidade acadêmica), não se tornando nem um “pequeno



empresário”, nem sendo expropriado e proletarizado (o que seria a diferenciação de classe). Então, quando se organizam, rompem com as condições de miséria e se recriam em novas formas e processos reprodutivos familiares agrários, num novo “grafar” de sua existência, como importantes seguimentos sociais no atual momento de nossa história.

**Quadro 6:**  
**Sinopse da diversidade do campesinato da Amazônia acreana**

	Categorias sociais		Denominação regional	Local de reprodução	Atividades produtivas	Propensões socioespacial
	Geral	Específicas				
Campeinato amazônico-acreano	Camponeses da lavoura	Agricultor tradicional	“colonheiro”	Antigas colônias agrícolas.	Agricultura de subsistência e pequena pecuária.	- Em processo de decadência com tendência à expropriação e extinção ou transformação em horticultores quando localizados próximos de áreas urbanas.
		Agropecuária	Pequeno pecuarista	Áreas de loteamentos particulares e PADs	Pecuária de corte, piscicultura, e pequena lavoura de subsistência.	- Em processo de ascensão com grande propensão a diferenciação social tornando-se pequenos fazendeiros. - Politicamente conservador e pouco propício a se articular com os movimentos de representação camponesa.
		Agrossilvicultor	Agrossilvicultor	Projetos de colonização, PADs, RESEXs e PAEs.	SAFs e pequena pecuária e lavoura de subsistência.	- Ascendente. Com tendência a tornarem-se o “padrão modelo” para o trabalhador que visa se inserir com sua produção no circuito econômico, sobretudo a partir de organizações comunitárias e coletivas. - Com grande participação política no âmbito geral.
		Colono e Agricultor	Colonos ou assentados	PADs e outras modalidades de assentamentos criados pelo INCRA.	Lavoura e pecuária de subsistência	- Com tendência à estagnação ou à expropriação, com a conseqüente proletarianização - Quando se articula em organização coletiva e busca opções produtivas em SAFs ou reforços na pecuária bovina tendem a ter maior poder de resistência. - Muito instável politicamente, porém mais aberto a participação em sindicatos, associações e cooperativas.
		Horticultor	Horticultor ou colono	Pólos Agroflores-tais ou hortifrutigranjeiros	Horticulturas, pomares e pequenos SAFs.	- Por serem experiências recentes de (re) acesso à terra por trabalhadores anteriormente expropriados, são grupos ainda indefinidos. Porém, tornam-se resistentes a medida em que articulam melhor seus sistemas produtivos com o mercado local. - Com pouca articulação política local.

**Fonte:** Elaborado por Silvio Simione da Silva, conforme pesquisa de campo, 2002/2003.

É interessante notar que entre as três categorias sociais dos camponeses da floresta, os processos de diferenciação se dão de maneira interna (são de categorias e não de classe social). Há, contudo, uma propensão a um campesinato indígena com pouca articulação com o mercado e um campesinato seringueiro<sup>20</sup> (florestal) mais articulado com o mercado, sobretudo os chamados “produtos ecologicamente produzidos”, dentro de uma visão de conservação e racionalidade de uso dos recursos naturais. Com a garantia de um território produtivo (RESEXs e PAEs), ficam sujeitos à expropriação, porém mais pelas condições socioeconômicas e políticas que enfrentam (na maioria dos casos pela ausência de políticas agrárias voltadas para suas necessidades) do que pela expansão das forças expropriatórias capitalistas sobre seus domínios territoriais.

Quanto aos camponeses da lavoura, aos quais referimos por terem bases produtivas históricas em atividades de cultivos criatórias e como *locus* de reprodução do *campo*, excetuados os “colonheiros”, formam grupos mais recentes que rearticulam no conjunto da fronteira agropecuária acreana. São na maioria migrantes agricultores e pequenos pecuaristas, que chegaram nas últimas décadas do século XX, e uma minoria de antigos trabalhadores locais (seringueiros e colonos) que tiveram que optar por atividades deste gênero. Como estão em territórios de reafirmação da propriedade privada da terra, ficam mais expostos aos processos de expropriação e de diferenciação social, em que também aqui, na maioria dos casos, o que ocorre são processos de expropriações, seguidos da proletarianização e marginalização nas periferias das cidades.

No âmbito geral, o que podemos notar é que em meio aos grupos mais susceptíveis a uma participação política efetiva, os processos expropriatórios tiveram menos poder e atuação. A sindicalização, a formação de associações e cooperativas de produtores rurais tem sido um ponto forte na luta e resistência para os grupos, sobretudo ajudando a romper com as formas produtivas antiquadas e se disporem a buscar alternativas para viverem da terra (e na terra), sem se isolar, mas integrando a vida social e produtiva geral.

Diante disso é preciso romper com a visão do *campesinato* como sinônimo de miséria, atraso, relíquias do passado, grupos estranhos à vida da cidade, com padrão de consumo reduzido, de sujeitos que dispensam o conforto e a tecnologia que hoje está disposta. O camponês de que falamos neste princípio do século XXI é um misto de passado, de uma

---

<sup>20</sup> - É importante ressaltar que o termo “seringueiro”, que estes sujeitos continuam a se intitular, tem uma conotação histórica, com profundo significado na conformação de seu cotidiano de luta e resistência. Daí mesmo, que a atividade extrativa da borracha não seja a única e a mais importante, em alguns casos, este termo é um signo social que tem amparo no conjunto da constituição do que vai além de sua dimensão produtiva

visão e lógica do mundo que não preza primeiramente pelo lucro, com o trabalhador que se integra no circuito produtivo e de consumo e, conforme suas posses, busca definir seus ideais de *viver bem*. Se sua vivência localiza-se no espaço agrário, é na cidade que monta a estratégia de suas organizações e buscam eliminar os empecilhos para que suas mercadorias cheguem ao mercado<sup>21</sup>. Esta é a realidade que vimos estar sendo construída pelos trabalhadores do Projeto RECA em Nova Califórnia (RO), pelos seringueiros do PAE Chico Mendes (Seringal Cachoeira) em Xapuri, e pelas famílias vinculadas a CAPEB em Brasília ou a CASAVAJ em Cruzeiro do Sul, dentre outros exemplos.

### 5.6 – Movimentos sociais e luta

Inicialmente, podemos dizer que a organização dos movimentos de resistência dos seringueiros se deu diante das situações de conflitos despertadas no contexto da frente pioneira agropecuária, no princípio de 1970. O ponto principal demonstrado nas entrevistas foi que no âmbito do espaço vivencial do seringueiro na floresta, os conflitos se davam num plano interno às comunidades e as interferências de forças externas eram pequenas. Com o avanço das forças da frente pioneira agropecuária, uma ameaça pairava sobre o mundo desses camponeses da floresta: os novos padrões de reprodução capitalista introduzidos, baseados na criação de gado bovino e agricultura em maior escala, não poderiam ser compartilhados com os padrões de produção extrativista dos seringueiros nos antigos seringais. São nessas circunstâncias que, ao serem submetidos a uma força externa ao seu mundo (MARTINS, 1995), esses seringueiros começam a ver despertada sua consciência de classe – como *camponês da floresta* (na qualificação da condição de *classe em si*, para *classe para si*) com valores próprios, despertando para a defesa de seu espaço florestal e pela legitimação de seu território de vivência.

Do ponto de vista das transformações no espaço agrário amazônico-acreano, com a transferência das terras para proprietários centro-sulistas, a partir de 1970, houve um rompimento das condições que haviam estabilizado os conflitos até então. Os seringueiros seriam obrigados a sair de suas colocações, expulsos da terra, quer pela força física dos

---

material, chegando ao seu imaginário, seus valores, seus símbolos, enfim, a sua identidade socioespacial de um modo de vida a que referimos numa dimensão a sociológica, mas também geográfica.

<sup>21</sup> - É interessante considerarmos que esta relação com a cidade é parte do sentido histórico constitutivo da existência camponesa (BOURDIEU, 1974). Assim a palavra camponês, conforme **Redfield apud Bourdieu** (1974, p. 4), “tal como vem sendo usada, para designar qualquer comunidade de pequenos produtores para o mercado, devemos reservá-la para designar um novo tipo. Este tipo precisa da cidade para existir. Não havia camponeses antes das primeiras cidades. E aqueles povos primitivos sobreviventes, que não vivem nos moldes urbanos, não podem ser considerados camponeses[...]. O camponês é um nativo do meio rural cuja organização da vida, embora a muito tempo já fixada, leva bastante em conta a cidade”

jagunços, quer por vias “indenizatórias” (em que os valores eram irrisórios) ou outras formas de coação desenvolvidas pelos novos proprietários de terra.

Muitas famílias de seringueiros foram expropriadas da terra, num contexto de relações produtivas impostas, em que por não conhecerem seus direitos, esses trabalhadores aceitavam as condições que lhes eram impostas. Boa parte migrou para as cidades da região, outra migrou para os seringais da Bolívia, e uma parte menor, sobretudo na região do Vale do Juruá (parte mais ao oeste do Acre e sudoeste do Amazonas), permaneceu em suas estruturas produtivas antigas e continuando a viver sob a “proteção” do patrão como “seringueiro cativo ou sujeito ao seringalista” (DUARTE, 1987, p. 66). Todavia, houve significantes grupos que resistiram e iniciaram a luta pela terra que, historicamente, ocupavam por décadas.

No conjunto das ações dos movimentos que vão surgindo, as CEBs (Comunidades Eclesiais de Bases), com o trabalho de evangelização a partir da realidade, formam um ambiente propício a despertar a organização dos trabalhadores. Então, a ação pastoral era fomentadora da organização dos trabalhadores; e sob o poder místico da fé católica, diante da situação suscitada, assentam às bases para surgir de uma prática de resistência, como foi ressaltado em entrevistas com agentes de pastorais que atuavam na época (entre eles, o Bispo Dom Moacir, o Sindicalista Chicão e Irmã Patrícia). Nesse contexto, a CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura) viria como o amparo jurídico de que os trabalhadores necessitavam para sua organização e formação.

Pode-se dizer então que as CEBs prepararam um espaço para a atuação mais efetiva de CONTAG<sup>22</sup> e de outros órgãos que vieram depois<sup>23</sup>, sobretudo abrindo caminhos e incentivos para a firmação das bases sólidas que necessitavam para o florescimento de fortes movimentos de resistência. Estas organizações, mais que a formação de movimentos sociais em defesa da terra, caracterizava-se pela defesa da vida na floresta; e, nisso, a defesa da floresta aparece como condição de reprodução de seu cotidiano social, dado que ela é o espaço vivencial desse sujeito – o seringueiro.

Em 1975, sob clima de intensa repressão do Estado e das fortes tensões sociais na região, surgem os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais (Sena Madureira,

---

<sup>22</sup> - GRZYBOWSKI (1987) demonstrou muito bem o peso que a CONTAG teve nesses momentos, quando ela atuava como principal instância de mediação e representação dos trabalhadores rurais. Daí sua força real para atuar juridicamente nas relações de poder, representando e defendendo os trabalhadores na Amazônia.

<sup>23</sup> - Neste caso, nos referimos aos sindicatos dos trabalhadores rurais – STRs, a Central Única dos Trabalhadores – CUT, Comissão Pastoral da Terra – CPT, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Acre – FETACRE, Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS etc., que foram criados ou chegaram ao Acre a partir de meados da década de 1970 e durante a década de 1980.

Brasília, Xapuri etc.). Isto marcaria a institucionalização da luta dos camponeses da floresta. Institucionalizando-se essa parte da luta, surgem condições para a prática sindical em defesa dos direitos destes sujeitos de lutar pela terra e pelo seu reconhecimento como legítimos “detentores do domínio sobre ela”. Também efetivam condições para a resistência pelo modo de vida seringueiro radicalizado na vivência que se territorializa nas colocações. Portanto, em alguns aspectos, as lutas travadas no âmbito da ação dos trabalhadores sindicalizados, projeta-se para muito além da dimensão de atuação dos sindicatos, como na defesa do cotidiano social e do constructo de um simbolismo produzido ao longo de suas vida em contato com a floresta. A luta é um embate contra forças do capitalismo, em que ao se reterritorializar, agredem as condições existenciais da territorialidade seringueira – expropria as condições de sociabilidade na floresta, desmata a floresta e introduz novas formas de produzir, nas quais não há lugar para o *viver* desse trabalhador.

Nestas condições se formaram os movimentos de resistência nos seringais. Entendemos que movimentos de resistência são aqueles que, mais que um caráter reivindicatório do trabalhador, têm um caráter defensivo contra as forças opressoras que ameaçam as condições vivenciais no lugar. Nisso residiu a expressão maior do sindicato. Todavia, a resistência se dava em lutas como as manifestações em Encontros das CEBs, no “Grito da Terra”, nas “Romarias da Terra” e em outras práticas manifestadas ao longo dessas três últimas décadas, às vezes, aliadas às organizações populares das cidades, como associações de bairros, movimentos pela saúde na cidade, ou ainda, com apoio de partidos políticos populares. Sendo que a principal manifestação agrária desses movimentos foi a prática dos *empates* (o que trataremos no capítulo a parte 6 deste trabalho).

Logo após a fundação e o início do trabalho dos sindicatos, o movimento ganhou o caráter de luta pela terra. Não se tratava de simplesmente entrar na terra, mas ter reconhecido o direito sobre a terra que ocupava há anos. Como já demonstramos, terra esta que significava a persistência de um modo de vida com valores que historicamente foram construídos ao longo de décadas. Este segundo caráter nos indica que a luta se referia, em primeiro lugar, à conquista do “território da colocação”, que já era condição material da manifestação da territorialidade seringueira, porém submetida ao territorializado do seringal. Esses movimentos atuavam, então, em duas frentes de luta: uma *pelo reconhecimento do direito familiar sobre território de vivência* e outra na *resistência pela condição de trabalho autônomo na floresta*.

O caráter de resistência de modos de vida se deu também no choque com outros grupos camponeses do Centro-Sul que chegavam à Amazônia-acreana, no contexto da

fronteira agropecuária tanto para os PADs como nos loteamentos particulares. Como vimos, o camponês florestal (o seringueiro) voltava seu trabalho para atividades extrativistas com uma pequena agricultura de subsistência; o camponês migrante centro-sulista era um agricultor por excelência. Trata-se de um campesinato que manifesta suas diversidades como modos de vida e identidades diversas no tempo e no espaço em expressões de *habitus* específicos que se encontram e se defrontam na Amazônia-acreana<sup>24</sup>.

### 5.7 Transformações e perspectivas no espaço agrário produzido

A partir do final de 1960, dois grupos chegados há pouco passaram a exercer grande influência sobre a estrutura agrária local: os grandes proprietários fazendeiros e os “camponeses assentados”, com efetiva participação dos migrantes centro-sulistas. Na conformação do espaço agrário, esses grupos se reproduzem em condições diferentes gerando formas conflituosas de coexistência no âmbito local. Os *grandes proprietários* de terra constituem-se de fazendeiros recém-chegados que adquiriram propriedades de antigos seringais. São agentes da frente pioneira agropecuária que começa a se estruturar regionalmente, pelas três décadas seguintes. Há ainda antigos seringalistas que não venderam suas propriedades e agora tentam se rearranjar com a introdução da agropecuária ou com a especulação de suas terras no mercado fundiário local. Esses, portanto, são agentes remanescentes da frente agroextrativista que tentam se reestruturar em padrões produtivos adequados aos “novos tempos”, numa visão “desenvolvimentista” como os agentes da fronteira agropecuária.

Do ponto de vista populacional, os *grandes proprietários* representam uma minoria, mas que detém a maior parte das terras amazônicas-acreanas e são poderosos do ponto de vista econômico. Esses grupos geralmente não residem no campo, habitando as cidades e atuando em outros setores como o comércio e a indústria madeireira. Politicamente, são forças retrógradas que não são suscetíveis a inovações e transformações nos sistemas produtivos que as introduziram. Qualquer alternativa de política de desenvolvimento agrário que não seja a agropecuária é inconcebível.

---

<sup>24</sup> - Em nosso trabalho “A fronteira agropecuária acreana” (SILVA, 1999), caracterizamos esta situação considerando que os posseiros/seringueiros eram forças-de-trabalho remanescentes de uma frente pioneira extrativista decadente, “inadequada” aos novos processos produtivos de reprodução capitalista na região. Os camponeses migrantes centro-sulistas não eram capitalistas, mas eram agentes desta nova fase de expansão do capitalismo na região; então, trabalhando com agricultura ou com pecuária, constituíam-se como força-de-trabalho extremamente necessária à reprodução do espaço na frente pioneira agropecuária.

Já os camponeses conformam a maior diversidade socioeconômica agrária. São desde médios agropecuaristas até uma grande maioria de pequenos agricultores, criadores e agrossilvicultores<sup>25</sup>.

Esses médios agropecuaristas são, na verdade, famílias de antigos camponeses, sejam eles locais (antigos seringueiros ou colonos) ou migrantes (assentados dos projetos do INCRA e ex-pequenos proprietários do Centro-Sul), que ao longo das três décadas finais do século XX, acumularam certos capitais e geralmente iniciaram pecuária bovina em média escala de criação. Vemos que nisso residiu um processo de diferenciação do campesinato (OLIVEIRA, 1991) no contexto da fronteira, de forma que, a nosso ver, não se pode falar desses como “camponeses”, mas sim de médios fazendeiros – os “agraristas” ou “*farmer*” de **Lênin** (1980), que cada vez mais se enquadram no padrão de pequenos empresários rurais – o “produtor rural”, como já previa o Estatuto da Terra de 1964 ou o recente “Projeto Novo Rural Brasileiro” (SILVA, J. G., 1999).

Por outro lado, em face dos conflitos suscitados no contexto da fronteira agropecuária, os movimentos de resistência dos seringueiros foram vitoriosos. No embate geral, sob a direção dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, sujeitos sociais organizados forçaram o Estado a desapropriar áreas de propriedades privadas e com isso permitir um avanço do domínio do campesinato sobre a terra do capital.

Nos movimentos sociais, a conscientização dos trabalhadores de seus direitos foi a motivação que deu sustentação à luta. Os PAs, PAEs e RESEXs, representaram expressões maiores de suas conquistas e da possibilidade de continuar na terra a construção de um novo destino social que não era mais a incerteza vivenciada até então. Davam-se bases, assim, para a formação de territórios de pleno domínio camponês e outros de domínios parciais como os PAs (parciais, pois estão mais suscetíveis ao avanço de capital). Assim, a partir dos movimentos sociais organizados começa-se a gerar as novas perspectivas de desenvolvimento: associações, cooperativas e novos projetos de assentamentos e

---

<sup>25</sup> - Aqui cabe a distinção quanto à diferenciação do termo *camponês* e de *produtor familiar*. São os mesmos sujeitos sociais, porém apreendidos sob óticas diferentes: o primeiro sob autonomia e confronto, o segundo, de subordinação e aceitação do mercado. O elemento definidor geral é a condição de trabalho familiar, como base geradora de bens e intermediadora de relações produtivas. O elemento diferenciador é o uso e a finalidade que se tem para com a terra que nela habita e trabalha, ou seja, a terra enquanto meio de produção serve para suprir suas necessidades fundamentais: subsistência, moradia, vivência familiar, reprodução sociocultural; ou para acumular e ampliar seus bens (MENDRAS, 1978). Assim, ao camponês, sua produção, mais que um bem de capital é, em primeiro lugar, um bem para sua própria sobrevivência; já ao produtor familiar, visto sob a ótica de capitalizar, trabalha para acumular e ampliar suas propriedades, ou seja, para lucrar (numa lógica de obtenção da mais-valia). Como são formas diferentes de tratar o mesmo sujeito, o problema desdobra-se em políticas agrárias que tratam todos na ótica do mercado, sendo então conduzido a processos expropriatórios, pois aqueles que não se adequam às regras impostas pelo mercado, poucas chances terão de permanecer na terra.

regularização fundiária. Isso se relaciona aos desafios enfrentados pela construção de um projeto de vida camponês em meio às diversidades no espaço agrário produzido na Amazônia-acreana<sup>26</sup>.

Em suma, para melhor entendimento, agora vamos analisar as principais modalidades de reacomodação da unidade camponesa e o sentido que tiveram essas iniciativas no contexto da territorialização da frente pioneira agropecuária.

### **5.7.1 Os projetos de assentamentos**

Os Projetos de Assentamentos Dirigidos (PADs), Projetos de Assentamentos (PA) (atualmente também chamados de Projetos Colonização – PC), implantados no Acre a partir de 1977, enquadravam-se no conjunto da macro-política de colonização do Governo Federal desenvolvida pelo INCRA. A implantação dos projetos de assentamentos dirigidos geralmente esteve ligada à legalização fundiária em locais de grandes tensões sociais na década de 1970 e 1980, como p.e., as áreas desapropriadas no município de Brasília para a implantação do PAD Quixadá em 1981. Eram áreas de reivindicações dos seringueiros sobre seu direito de posse. Nas lutas, sob a liderança dos STRs, à primeira vista, a reivindicação não era por esta modalidade de assentamento. Portanto, os PAs podemos dizer que são frutos das lutas de resistências dos seringueiros, mas não foi uma criação enraizada no seio do próprio movimento. A finalidade era, portanto, legalizar a situação fundiária de posseiros/seringueiros que ainda não haviam sido expropriados e reassentar seringueiros já expropriados que pretendiam voltar para a terra, mas como “agricultor”; e ainda, por outro lado, acomodar contingentes populacionais provenientes do Centro-Sul, formados por trabalhadores sem-terra, atingidos de áreas de barragens, brasiguaíos e, por excedentes familiares camponeses.

Nesse conjunto, podemos dizer que num primeiro plano, o poder público, através dos PAs, promoveu os processos de acesso dos camponeses à terra e seu domínio sobre ela (a recriação capitalistas do campesinato). Ao acomodar esta diversidade camponesa não oferecendo as infra-estruturas necessárias direta e indiretamente, promoveu-se a recriação dos mecanismos de expropriação, e muitos desses camponeses começaram a sair dos lotes cedendo lugar a uma gradativa reconcentração da terra. Com isso, torna-se inevitável o

---

<sup>26</sup> - Ressaltamos que ao tratar de outras categorias camponesas no contexto de suas lutas sem referir aos antigos colonos agrícolas mencionados anteriormente, podem surgir dúvidas sobre seu lugar nessa problemática de conflitos. A questão é que os *colonheiros* foram os primeiros produtores camponeses que tiveram seus domínios territoriais reconhecidos com títulos definitivos da terra ou licença de ocupação. Daí raramente seus territórios vivenciais foram ameaçados no contexto das transformações pós-1970 (CEDEPLAR, 1979, v.II).

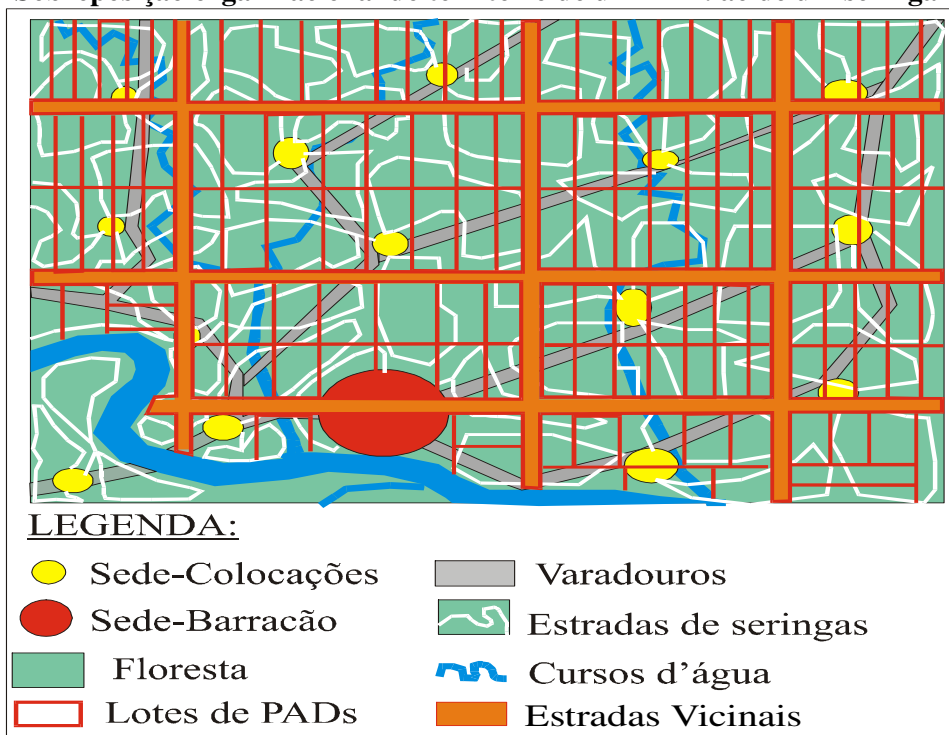


retorno do domínio do capital sobre um território que, legitimamente, já seria camponês; o que se caracteriza como processos de desterritorialização do campesinato.

Para entender melhor, temos que considerar que as iniciativas de colonização desse porte não tiveram como finalidade promover a fixação do homem na terra. Buscou-se sim resolver os problemas das fortes tensões sociais tanto na própria região como noutras partes do país. Assim, ao mesmo tempo em que se neutralizava a possibilidade de fortalecimento dos movimentos de luta pela terra no Centro-Sul, criava-se na região acreana um contingente de mão-de-obra apta a trabalhar nas atividades agropecuárias. E ainda promovia aquilo que é característica básica do campesinato na ocupação de fronteiras no Brasil: *fazer o amansamento da terra*, isto é, a derrubada da mata e o plantio do capim como primeira parte da formação de pastagens. Nisso formava-se os primeiros capitais fixos nas propriedades, que os futuros compradores obteriam para usufruírem sem maiores gastos.

Outra questão nos PAs está ligada à implantação de uma lógica de organização de lotes retangulares baseada no módulo rural (na região acreana, um módulo rural variava ente 60 a 100 hectares), em corte limítrofes retilíneos, para os ex-possesiros/seringueiros locais. Vejamos na Figura 3:

**Figura 3:**  
**Sobreposição organizacional do território de um PAD. ao de um seringal**



**Fonte:** Elaborado e desenhado por Silvio Simione da Silva, 2003.

Isso representava a inviabilização de sua tradicional produção extrativista (Figura 3). Muitos seringueiros que viveram essas situações têm explicado que para continuar na terra, sob tais condições, tiveram que “se tornar um colono sulista em suas próprias terras”. Por outro lado, dado a diversidade social dos assentados, as articulações do sindicalismo, também ficaram mais fracionadas. Se por um lado os colonos migrantes centro-sulistas de início não procuraram os STRs, por outro, esses “seringueiros reassentados” estiveram entre os primeiros grupos a serem expropriados de seus territórios vivenciais (SILVA, 1999).

Todavia, sabemos que o acesso e a permanência na terra é um anseio intrínseco à condição existencial do campesinato. Assim, nos PADs, apesar da expropriação que já se desenvolvia, partindo de iniciativas de organizações comunitárias já existentes (como as CEBs, as delegacias sindicais) muitos grupos de trabalhadores têm se organizado, e com apoio de instituições como a CPT e os STRs, estão buscando mecanismos de resistência na terra, com a formação de associações, cooperativas e centrais de associações, como veremos adiante neste trabalho.

#### **5.7.2 Os PAEs e as RESEXs.**

Os projetos de assentamentos extrativistas (PAEs) e as reservas extrativistas (RESEXs), também foram implantados em áreas de conflitos sociais pela terra. Na sua implantação houve a expressiva ação dos movimentos de resistências organizados sob a liderança dos STRs e com apoio de várias organizações, como o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Todavia, ao contrário dos PADs, essas iniciativas surgem como alternativa no processo de amadurecimento das organizações desses camponeses florestais. Eram implantadas em áreas em que a expropriação dos moradores tradicionais ainda não havia atingido graus muito elevados, como nos explicou o sindicalista Raimundo Barros (2002) em entrevista recente:

Estas reservas são para nós, forma de reforma agrária Para o agricultor, para o colono a reforma agrária é desapropriar uma área de terra, cortar uns pedaços de 50 a 100 ha. e dar para eles. A reforma agrária do seringueiro é a defesa da colocação, porque ali na colocação eles tem a seringa, a castanha, a caça e os igarapés; ele tem um espaço grande na floresta onde põe seu roçado, a partir de que os porcos, burros ou bois que ele cria são muito pouco e não vai lá. Então o seringueiro já tem praticamente demarcado, por que ele sabe onde sua estrada termina e onde começa a estrada do outro companheiro. Então a reserva extrativista é a reforma ideal para o seringueiro e a gente conseguiu graças a Deus com toda essa luta, com

derramamento de sangue, com noites de sono perdidas, passando fome e tantas e tantas outras coisa, mas a gente conseguiu conquistar. E hoje lá a gente está começando a desenvolver experiências interessantes.

No Acre, há atualmente duas reservas extrativistas: RESEX Chico Mendes (Mesorregião Geográfica Vale do Acre) e RESEX Alto Juruá (na Mesorregião Geográfica Vale do Juruá) e está em processo de implantação uma terceira, que será a “Iracema/Cazumbá” (em Sena Madureira); e são oito PAEs (após o nome do projeto, está a localização por municípios): Porto Rico (Acrelândia); Canary (Bujari); Limoeiro (Bujari); Remanso (Capixaba); Santa Quitéria (Brasiléia); Cachoeira (Epitaciolândia); Porto Dias (Acrelândia); e Riozinho (Sena Madureira). São territórios ocupados por populações que tradicionalmente sempre trabalharam com atividades extrativistas de recursos naturais renováveis da floresta. A regularização fundiária nessas áreas ocorre de forma coletiva, através de contratos de concessão de uso, celebrada entre o poder público e as associações representativas dos moradores, por meio da aprovação de um Plano de Utilização. Nesse plano se estabelecem as normas para garantir a conservação e uso sustentável dos recursos naturais (ACRE, 2000).

Nessas condições, alerta-nos ALLEGRETTI (S.n.t.) que estas modalidades de ocupação da terra dependem do Estado para serem criadas, pois este juridicamente é a instância habilitada a reconhecer; mas internamente, são os trabalhadores que devem buscar uma organização autônoma, livre de qualquer tutela. Na prática, o que temos visto hoje, na Amazônia-acreana, é a busca de alternativas que variam de uma comunidade para outra, e a formação de importantes parcerias entre as associações de moradores das RESEXs e dos PAEs como alguns órgãos oficiais (Prefeituras, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Ministério do Meio Ambiente etc.) e ONGs (CPT, CTA – Centro dos Trabalhadores da Amazônia etc.).

Os PAEs são projetos que visavam regularizar a situação dos seringueiros que resistiram à expropriação promovida no contexto da apropriação da terra na configuração territorial da fronteira agropecuária. É uma alternativa desenvolvida no Âmbito do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com assessoria do CNS. Suas proposições foram feitas no sentido de garantir a posse de áreas próprias para a continuidade de atividades extrativistas de comunidades de populações tradicionais amazônicas, sem passar pelos loteamentos convencionais, até então empregados em processo de colonização (MIRAD, 1987). Neles as famílias mantêm sua estrutura baseada na colocação, numa área

correspondente a três estradas de seringa em média (um território de aproximadamente 300 ha.), como demarcadora de sua área de domínio. Nesses espaços, trabalharia com extrativismo e atividade agrícola de sustentação familiar, mas priorizando os ramos agroflorestais (ou agroextrativistas, ou seja, a conciliação de atividades extrativistas naturais com práticas agrícolas e criação de animais) e de silviculturas (ou agrossilvicultura, que é a prática do cultivo de espécies silvícolas). Do ponto de vista jurídico, estes Projetos estão subordinados à administração do INCRA.

As RESEXs foram idealizadas pelos próprios seringueiros em meio a suas organizações e lutas de resistência. Viram-nas como alternativas viáveis para conciliar suas condições de vida e valores socioculturais, no âmbito da política de colonização oficial para a região. Com isso, como nos PAEs, buscava-se criar uma alternativa jurídica conciliadora para a legalização da terra sob formas de utilização dos recursos da floresta, ecológica e socialmente viável ao ambiente e à sociedade local<sup>27</sup>. A forma de uso da terra também é semelhante ao que relatamos nos PAEs, no entanto, estas são Unidades de conservação (UCs.) e como tal estão subordinadas ao IBAMA.

Cabe ainda esclarecer que o domínio sobre a terra das RESEXs se baseia em colocações com o uso exclusivo da família que ocupa, mas o controle sobre a utilização da área é coletivo (CASTILLO, 1999). Daí a importância da organização de associações de moradores das reservas que, p.e., no caso da RESEX Chico Mendes, abrangendo áreas de vários municípios isto ocorrendo conforme as respectivas unidades municipais: AMOPREX – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri; AMOPREB – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasília; AMOPREAB – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil.

As RESEXs e os PAEs representaram, acima de tudo, uma conquista socioambiental e territorial, graças à resistência e à luta pela terra. Atualmente algumas comunidades já gozam de melhores condições de vida. Mas há muitas áreas demasiadamente empobrecidas. Portanto, há muitos problemas a serem administrados, tais como: a ocupação de áreas por posseiros, às vezes expropriados dos PADs, ou por população que havia migrado para a cidade nos anos anteriores e agora tenta voltar para junto de conhecidos ou parentes e insiste em trabalhar com atividades que levam à prática do desmatamento; questões referentes à falta de preço, de vias e de meios para o escoamento da produção, de assistência na

---

<sup>27</sup> - Conforme Osmarino A. Rodrigues (2002), o aparato jurídico veio da comparação desta modalidade de uso da floresta inspirado no modelo das reservas indígenas.

educação e na saúde; ampliação da área desmatada pelos próprios moradores; grande dificuldade de alcançar toda a população sob forma de organização coletiva, etc. Essas situações, além de um peso eco-ambiental, podem conduzir, às vezes, moradores da RESEX e dos PAEs a migrarem para a cidade, em busca de melhores condições de vida. Enfim, podemos dizer que tais modalidades representam o alcance de conquistas fundamentais, mas ainda é preciso continuar a luta para mantê-las.

Eis desafio não para os governos e moradores dessas áreas, mas para a sociedade acreana e até para a brasileira em geral: Como gerar e/ou apoiar alternativas que viabilizem continuidades produtivas dessas coletividades integralmente em seus territórios de vivências?

Em suma, temos de salientar que no âmbito da utilização e legalização das áreas de reacomodação camponesa, vemos vantagens dos PAEs e RESEXs sobre os PAs. Do ponto de vista da legalização fundiária, nos dois primeiros não se edificam bases para a apropriação privada da propriedade da terra; já nos PAs sim, daí a maior suscetibilidade à expropriação do trabalhador. Já com relação ao uso da terra, qualquer finalidade que leve ao desmatamento em escala maior é proibida e não pode sequer estar contida no Plano de Utilização da área. Estas condições praticamente inviabilizam o avanço de força capitalista e qualquer possibilidade de reconcentração da propriedade da terra, com sua privatização. Nesse sentido, acreditamos que no âmbito da reestruturação fundiária acreana atual os PAEs e as RESEXs tendem cada vez mais a se caracterizarem como autênticos territórios camponeses na Floresta Amazônica. Todavia, nesses territórios a luta é para permanecer na terra, isto é, na floresta e conseguir *viver melhor* nela e a partir dela.

## **5.8 Da luta pela terra à luta na terra**

Como expressão real do *agrário* na região, podemos entender que pelo menos internamente a fronteira amazônica-acreana ainda não se estabilizou. Porém, a fase mais crítica que enfrentou, com a chegada de forças produtivas extra-regionais, já passou. Agora, os diversos agentes que reproduzem o agrário acreano buscam internamente construir seus arranjos socioespaciais, no contexto de novos conflitos que os desafiam a encontrar alternativas para permanecerem na terra. Atualmente, os PAs., os PAEs., as RESEXs e outras modalidades de acomodação da produção familiar camponesa demonstram que, apesar da pobreza, do isolamento, e da falta de assistência à saúde e à educação, essas áreas já configuram espaços apropriados para o camponês local lutar, resistir e viver.

Assim, após períodos de luta pela terra, os movimentos de resistências camponesas passaram a se articular também em outros patamares. Agora, tendo conquistado a terra, a questão é de criar condições para nela permanecer com dignidade. Foi com esse intuito que os movimentos de trabalhadores rurais amazônicos-acreanos, organizados e contando com pleno apoio da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e dos STRs, do CNS etc., em meados da década de 1980, deram início à fundação de associações de produtores rurais nos PADs. Já na década de 1990, surgem as associações de moradores e produtores e cooperativas nas RESEXs. É claro que nada se construiu do acaso, em cada comunidade já havia “sementes” das organizações plantadas, que vinham das antigas CEBs, das delegacias sindicais e da própria organização comunitária da coletividade local.

O caráter da luta de resistência vinha agora dar sustentação ao que podemos chamar de *movimento de luta na terra*, o que denota uma fase posterior à *luta pela terra*. A *luta na terra* é uma expressão usada para significar que o camponês já se territorializou, garantiu o seu direito e o acesso a *terra de trabalho*, isto é, a seu espaço familiar produtivo, mas não se isolou na realidade. Assim, essa forma de resistência demonstra uma reação camponesa que não aceita a expropriação como condição predestinada. Entende que é impossível se isolar do mercado; quer desfrutar de maiores confortos; mas querem continuar a ser camponês trabalhador – *ser livre e autônomo para gerir seu tempo e seu espaço de trabalho*.

Isso não significa querer a pobreza, a miséria e o atraso; mas também nem a riqueza. Apenas ter *vida com dignidade*, ter *fartura*, ser *sujeito de suas ações no campo e na floresta e na cidade*. Hoje, estes espaços de resistências se materializam nas associações, cooperativas e centrais de associações de produtores (agrícola e extrativista). Essas organizações consolidam-se como espaços vivenciais que reúnem sujeitos sociais que habitam o *campo* e a *floresta*, mas que solidificam suas ações políticas nas *cidades*, onde se localizam as sedes de suas organizações.

Nessas organizações há um entendimento segundo o qual a expropriação e a subordinação total ao mercado não são fins predestinados. Daí ter-se clareza da necessidade de integrar coletivamente para viver e até para transformar sua realidade (o que parece ser contraditório, mas não excludente de possibilidades). Então, no âmbito interno das organizações, busca-se na formação de seus associados valores de solidariedade e de ajuda mútua para sobrepor a competitividade. Entre as diversas organizações camponesas, firma-se na cooperação um instrumento para sobrepor a competição. Contudo, no mercado parte-se

para a competição com empresas privadas sob mecanismos concorrenciais como, p.e, na diversificação e no aperfeiçoamento do padrão de qualidade da produção.

### **5.9 No convívio e no confronto: uma reflexão**

No espaço agrário da Amazônia-acreana, o capitalismo, ao se reproduzir, o fez de forma ampliada e contraditória em dinâmicas que denotaram sempre o conflito entre os agentes sociais e econômicos que promoveram o vivido desta área de fronteira. Sua reprodução se deu com completa submissão de todos os âmbitos das forças produtivas locais aos interesses e desígnios do capitalismo: as forças nativas que se contrapuseram no início da ocupação foram semidizimadas; o seringal reproduziu por relações tipicamente capitalistas entre os auxiliares mais próximos do patrão, como o guarda-livros e comboieiros, mas para a maioria recriou na floresta, em meio à massa de nordestinos deslocados, relações de trabalhos compulsórios e submeteu esses trabalhadores como “escravos por dívidas” (MARTINS, 1997). Esses processos mostram a situação em que o capitalismo se reproduz recriando relações e formas de produção e trabalho não-capitalista para que sua territorialização inicie. Isso caracterizou o princípio da acumulação de capital na região, quando ainda não havia uma territorialização de bases antecedentes.

Na Amazônia-acreana, a acumulação significou a recriação de formas semi-escravas sobre os trabalhadores camponeses que saíram do Nordeste em condição de força-de-trabalho livre. Separados de seus meios de trabalho e produção estes ficavam passíveis à exploração do barracão que os submetiam por endividamento constante. É nesses processos que residiam a “acumulação primitiva” da Amazônia-acreana (Cf. IANNI, 1978), mas com especificidades que, se por um lado, se fez pelo “processo histórico de separação entre o produtor e o meio de produção” (MARX, 1988, p.252), na migração do Nordeste e na firmação da mão-de-obra no seringal, por outro, permitiu que esses trabalhadores, mesmo sob fortes laços de coação, tivessem um domínio incipiente sobre a terra com a *colocação*. Dessa situação provieram as condições para sua livre recriação camponesa posterior, quando os laços da empresa extrativista se “afrouxam”. Aí residiu a “gênese” da colocação como base para a firmação do território de vivência camponesa na floresta.

Portanto, a fragilidade da estrutura do sistema de produção do seringal, baseada em alta dependência do capital externo, possibilitou as aberturas necessárias para a auto-recriação de um campesinato em meio às crises econômicas e políticas que assolaram a região. Estes seguimentos sociais, dadas as condições objetivas, não se eximiram de buscar a reconstrução de suas bases produtivas, mesmo no âmbito da grande propriedade, como

posseiro. É interessante que, ao mesmo tempo em que o seringueiro buscava reconquistar sua autonomia e liberdade, estrategicamente em momentos de crise no seringal, o próprio seringalista (ou seus prepostos) liberava uma parcela de sua mão-de-obra a praticar agricultura de subsistência; com isso se viam livres da necessidade de aviar esses trabalhadores e, ao mesmo tempo, obtinham produtos para a manutenção de seus agentes locais, em momentos de crises econômicas da empresa extrativista.

No conjunto desses processos, paulatinamente, por décadas seguidas, os trabalhadores da borracha se recriam em dimensão de produção na “mata” e no “roçado”, numa identidade de homem amazônico. Sua vida familiar e comunitária se expressa por valores, conflitos, trabalhos e resistências na conformação de sua territorialidade como *homens da floresta*. Em tudo isso resistiram às forças que se confrontaram na recriação de um campesinato com a “cabeça e o corpo na floresta”, mas com os pés nos legados do sertanejo nordestino. Nisso se manifesta as condições cumulativas de experiências do nordestino, no confronto com a realidade amazônica, na formação das condições de viver local, isto é, na formação de um *habitus florestal* a partir da reconstrução social de *sujeitos* portadores de um *habitus sertanejo*<sup>28</sup>.

Sob estas bases socioespaciais, podemos dizer que na relação desses sujeitos sociais com seu ambiente há uma caracterização de pontos de convívio e confronto na dialética de relações contraditórias vividas. Portanto, discutir a questão da territorialidade seringueira, passa pela concepção de seu mundo, de seus valores socioculturais e socioambientais na floresta, não por causa da “moda ecologista”, mas porque *a vida do seringueiro está na floresta e é a floresta* – como um dia nos disse um velho seringueiro, o Sr. Lupércio Freire Maia<sup>29</sup> (1998). Estas dimensões nos dão bases para compreender o sentido dos conflitos existentes e daqueles suscitados no contexto mais recente das articulações na Amazônia-Acreana.

U'

<sup>28</sup> - Trigo *apud* Almeida (2003, p. 201) explica o *habitus* como uma “experiência cumulativa, sua interação com as condições conjunturais resultam em uma constante necessidade de adaptação e ajustamento, ainda que toda a experiência passada acionada a cada nova opção”.

<sup>29</sup> - Lupércio Freire Maia é um seringueiro, soldado da borracha, natural do estado do Ceará. Chegou ao Acre em 1943, como parte da força recrutada pelo exército para dar apoio às tropas que estavam na II Guerra Mundial. Entrevistado em 1998, em sua residência na BR-317, km 32, Trecho Brasília – Assis Brasil.